

# PREFÁCIO

Há dez anos, foram realizadas duas conferências do chamado ciclo social da Organização das Nações Unidas (ONU): a Cúpula de Desenvolvimento Social, em Copenhague, e a Conferência da Mulher, em Pequim. Naquele mesmo ano, surgiu a rede *Social Watch*. Seu objetivo é acompanhar (e cobrar) o cumprimento, por parte dos governos signatários das declarações finais dessas conferências (e das seguintes), dos compromissos assumidos naqueles documentos. O resultado de tal trabalho de monitoramento e cobrança tem sido apresentado nos relatórios anuais. Nesta décima edição, de número 9,<sup>1</sup> intitulada “Rugidos e Sussurros”, damos continuidade a esse esforço de informação e mobilização em torno das metas sociais acordadas pela comunidade internacional.

As conferências do ciclo social multiplicaram-se depois de 1995, abordando aspectos variados da questão social, mas podemos sintetizar seu espírito na definição de iniciativas no sentido de erradicar a pobreza e promover a equidade de gênero e étnica em todos os países. Essas reuniões buscavam também valorizar a ONU como espaço para o debate livre e pacífico entre as nações em torno de uma agenda de transformação social.

Apesar de a retórica das boas intenções usualmente exibida por representantes de governos, em reuniões dessa natureza, refletir-se poucas vezes no comprometimento real com as suas propostas, as conferências sociais tiveram um papel importante na mobilização internacional da sociedade civil nestes dez anos. O trabalho de preparação e acompanhamento das reuniões da ONU, muitas vezes com o apoio da própria instituição, permitiu o aumento do grau de articulação internacional entre organizações da sociedade civil de âmbito nacional, contribuindo para a busca de espaços próprios de debate, o que gerou iniciativas como o Fórum Social Mundial e a Chamada Global para a Ação contra a Pobreza (GCAP, na sigla em inglês).<sup>2</sup>

Nesses espaços alternativos, tem sido possível examinar com mais profundidade e persistência o desempenho dos governos na concretização das metas sociais apresentadas nas conferências sociais, bem como formular propostas mais avançadas de ataque às causas da pobreza e da desigualdade, em todos os seus aspectos.

Na verdade, jamais foram alimentadas ilusões quanto à eficácia das conferências. Sempre se soube que elas serviriam, na

melhor das hipóteses, para expor a *falta* de compromisso efetivo de governos nacionais com a questão social. As boas intenções que cercaram a criação da ONU, em 1945, nunca foram tão longe a ponto de produzir mecanismos pelos quais as decisões ali tomadas pudessem ser efetivamente implementadas. Com isso, a aplicação de acordos assinados em seu âmbito depende da disposição de cada governo em fazê-lo.

Para muitos governos, as conferências pareceram ser pouco mais que a oportunidade de seus e suas representantes exibirem dotes de retórica, enquanto suas políticas sociais permaneceram, como diz o povo estadunidense, *business as usual*. Os direitos humanos e o combate à pobreza, à desigualdade, à discriminação, à exploração entre países e dentro deles próprios continuariam, em grande medida, tendo pouco peso na formulação de políticas econômicas e sociais. Políticas anti-sociais continuaram sendo promovidas em todo o mundo. A busca, por parte dos países pobres, de estratégias autônomas de desenvolvimento continuou ativamente desencorajada, de modo especial por países mais avançados. Governos de países em desenvolvimento que, por distração ou ingenuidade, considerassem as propostas aceitas nas conferências como compromissos efetivos acabariam por encarar a reprovação ativa de instituições como o Fundo Monetário Internacional, cujos poderes jamais foram tocados por essas conferências.

Desse modo, o balanço das conferências realizadas nesses dez anos não pode deixar de ser severo. No entanto, para quem não tinha ilusões, é preciso reconhecer que, se governos mostraram falta de seriedade de seus compromissos com metas sociais, interna e externamente, a sociedade civil soube se valer delas para criar novos mecanismos de articulação, cobrança e pressão política. É nesse espírito que a continuidade do trabalho da rede *Social Watch* deve ser vista.

A preparação dos artigos do relatório anual do *Observatório da Cidadania* leva vários meses. Por essa razão, não é incomum que o lançamento de cada edição se dê em contextos políticos, nacional e internacional, imprevisíveis quando da finalização dos textos. O Brasil, neste segundo semestre de 2005, vive uma crise política de grandes proporções e de desfecho totalmente incerto. A rapidez com que se desdobra e a incerteza de sua solução impedem que mesmo um balanço provisório de seu impacto possa ser realizado neste relatório. Vale lembrar que o *Observatório da Cidadania*, desde sua criação, está voltado para a análise de processos e políticas de longo prazo, e não para a discussão de conjuntura.

<sup>1</sup> O primeiro relatório foi de número 0.

<sup>2</sup> Ver <[www.chamadacontrapobreza.org.br](http://www.chamadacontrapobreza.org.br)> ou <[www.whiteband.org](http://www.whiteband.org)>.

Os Informes Temáticos tratam das diferentes abordagens da pobreza na Cúpula de Desenvolvimento Social de Copenhague e na Declaração do Milênio e apresentam os 11 pontos referenciais para a erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades, elaborados por organizações da sociedade civil de todo o mundo e encaminhados ao presidente da Assembleia Geral da ONU. Um dos artigos reafirma a necessidade de se considerar a ligação intrínseca entre gênero e pobreza nas metodologias de avaliação da pobreza e na elaboração de estratégias para o seu enfrentamento. Essas análises devem ser complementadas com a observação dos dados contidos no CD que acompanha este volume, apontando os avanços e retrocessos de 181 países nas várias áreas de desenvolvimento social. O panorama mundial apresenta, ainda, relatórios analíticos da situação de 51 países preparados pelas coalizões nacionais do *Social Watch*.<sup>3</sup>

No Panorama Brasileiro, são analisados os fatores responsáveis pela persistência da pobreza e da desigualdade no país. O primeiro texto, de Fernando J. C. Carvalho, parte da constatação de que, dez anos após a Conferência de Copenhague, o Brasil pouco avançou na abordagem da questão social. Apesar de haver prometido, no documento que encaminhou à conferência, que a questão social não mais teria um tratamento residual, mas, ao contrário, informaria todas as ações governamentais, o país não avançou na superação da dicotomia política econômica e política social e na promoção de mudanças estruturais para alterar o perfil de distribuição de riqueza e renda. Enquanto, nos países desenvolvidos, o Estado foi um instrumento de redistribuição de renda, taxando proporcionalmente mais a parcela rica da população, “no Brasil o Estado tornou-se cada vez mais um Robin Hood às avessas – transfere rendas às classes médias e altas sob a forma de pagamento de juros”.

No texto seguinte, Adhemar S. Mineiro questiona a forma de inserção comercial internacional do Brasil, baseada na expansão de importações de produtos de baixo conteúdo tecnológico e intensivos em recursos naturais e ambientais. Essa opção pela expansão das exportações estaria inviabilizando um projeto de desenvolvimento com inclusão social, fundado na expansão do mercado interno, além de se constituir numa política de crescimento de curto fôlego.

Amélia Cohn retoma a discussão sobre a dificuldade de articular políticas sociais e econômicas e a necessidade de as últimas serem ditadas pelos parâmetros dos direitos sociais. Analisa os programas de transferência de renda com co-responsabilidade das pessoas beneficiárias, alertando para as distinções entre “nova” e “velha pobreza” e os desafios de criar redes de proteção social proativas. “Trata-se de introduzir na agenda pública a dimensão do bem-estar e da justiça social, na ótica do acesso a condições concretas que garantam uma efetiva qualidade de vida dos indivíduos, dentre elas sua autonomia como cidadãos e cidadãs portadores(as) de direitos, e por conseqüência, sua autonomia frente ao Estado.”

Um elemento central no que se refere ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade no Brasil é, sem dúvida, a questão racial, aqui analisada por Jurema Werneck. A autora inicia o texto lembrando que este é o ano da realização da 1ª Conferência Nacional sobre a Desigualdade no Brasil e também do início do processo preparatório para a conferência Durban+5, que ocorrerá em 2006, em Santiago (Chile).<sup>4</sup> Com esse cenário em vista, faz uma rápida revisão da situação da população negra, analisa a agenda de reivindicações do movimento negro e elabora um balanço das ações governamentais nessa área nos últimos dez anos.

Um tema recorrente do *Observatório da Cidadania*, violência e insegurança nas metrópoles, é abordado por Márcia Pereira Leite. A autora parte de informações de pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas com pessoas residentes em favelas, para trazer suas vozes e perspectivas ao debate público sobre violência e insegurança. A associação intrínseca entre favelas e violência estigmatiza e criminaliza moradores e moradoras daquelas áreas, contribui para aprofundar o preconceito em relação a essa população e cria ambiente favorável ao apoio a políticas de segurança pública desvinculadas do respeito aos seus direitos civis e ao pleno acesso à cidade.

### **Fernanda Lopes de Carvalho**

Coordenadora da edição brasileira do *Social Watch/ Observatório da Cidadania*

<sup>3</sup> Encontram-se no CD que acompanha esta publicação.

<sup>4</sup> A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (CMR) foi realizada em 2001, em Durban, África do Sul.